

MINHA VIDA POR UM LOTE: EVIDÊNCIAS DE UM BRASIL DEMOCRÁTICO

RESUMO

A desigualdade de terra no Brasil é dramática e isso faz com que os inúmeros pobres que vivem no (e do) campo não tenham renda mínima para sobreviver de maneira decente. A luta pelo acesso à terra permitiria a mudança de paradigma, e os movimentos sociais têm liderado este processo desde a democratização. Suas estratégias variam, mas elas geralmente focam em ações complementares de mobilização de massas, culminando na ocupação de terras improdutivas que não exercem sua função social, para forçar a desapropriação e criação de novos assentamentos. O presente artigo verifica, com evidências empíricas, se tais estratégias estão surtindo o efeito desejado que é o acesso dos mais pobres à terra, sem que isso aumente a violência característica destas disputas, que é enorme e tem o potencial para se agravar. Nos governos Cardoso e Lula, conseguiu-se aumentar a quantidade de novos assentamentos em relação a cada morte por disputa de terra, mas ainda há um longo caminho a se percorrer para aprimorar tal política e obter resultados satisfatórios. Encontrou-se que as ações de mobilização de massas possibilitaram um aumento expressivo de assentamentos nos últimos vinte anos, embora seja insuficiente em consideração ao elevado número de camponeses sem-terra ou com pouca terra. Sugere-se que a reforma agrária seja uma política de Estado de longa duração e não de governo, para reparar danos históricos a essa camada da população.

INTRODUÇÃO

O Brasil é característico pelas vastas dimensões e terra fértil, com condições climáticas favoráveis à atividade agrícola e, portanto, o país manteve sua posição de terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas no ano de 2012 (European Commission 2013: 2). Por conta dos atributos da natureza, difícil conceber que essa não-escassez levaria à violência por disputa de terra, já que uma boa divisão entre a população campesina contribuiria para que todos os moradores rurais tirassem seu sustento da terra. O problema central, em nossa visão, é que a terra está distribuída de maneira extremamente desigual, onde 1% dos proprietários concentram cerca de 50% de terras aráveis (Wolford 2010), um dos maiores índices de concentração de terra existente no mundo. E, com a expansão do agronegócio e da substituição de cultivos destinados à alimentação humana e animal para cultivos destinados à energia renovável, a concentração da terra está crescendo e tende a crescer mais ainda em países com o perfil brasileiro e latino americano (Clapp 2012; Paarlberg 2010).

A terra no Brasil é um recurso natural abundante (mesmo que dividida muito desigualmente) e, como tal, algumas literaturas tratam da associação entre recursos naturais abundantes e conflitos violentos, especialmente como causalidade para guerras civis (Maystadt *et alli*. 2013; Rustad and Binningsbo 2012; Paivi 2010; Basedau and Lay 2009; Ross 2004) e demais episódios de violência.

Não há muitos estudos de caso que relacionam recursos naturais em geral, ou ainda terra mais especificamente) a conflitos de menor intensidade, mas que ainda causem várias mortes, além de deslocamentos forçados, prisões, ferimentos, ameaças, e similares.

Nos estudos existentes, uma das variáveis comumente incluídas em modelos que levariam à insurgência e violência coletiva é o tipo de regime político, onde o que teria maior tendência a se envolver em conflitos violentos são os regimes chamados de *anocráticos*¹ (ou

¹ Regimes que não são democráticos ou autocráticos, ou estão em processo de transição democrático ou autocrático (veja a definição completa no Polity V, disponível em <http://www.systemicpeace.org/inscr/p4manualv2012.pdf>).

híbridos/intermediários), cuja característica seria o meio termo entre democracia consolidada e autocracia, misturando elementos democráticos e autocráticos, sem a possibilidade de dar total liberdade à população respeitando a heterogeneidade dos grupos ou, no outro extremo, violando as liberdades civis e/ou políticas, onde não haveria espaço para manifestação, dada a repressão intensa (Ahmadov 2013; Vreeland 2008; Collier and Hoeffler 2005; Hegre *et alli.* 2001).

Pelas características do Brasil, repleto de recursos naturais e, especificamente terra (tema o qual queremos abordar neste artigo) e, desde 1985 tornando-se novamente uma democracia, mas com pouco tempo para o amadurecimento de suas instituições, o país apresenta conflitos agrários, ocasionados por disputas de terra, onde cerca de 1500 pessoas morreram desde a abertura democrática em decorrência de luta pela terra, em sua grande maioria do lado camponês ou simpatizantes (Zimmerman 2012; Comissão Pastoral da Terra 1985-2012).

Neste presente artigo pretendemos avaliar o custo em vidas humanas oriundo de conflitos por disputa de terra no Brasil, verificando se a luta de movimentos sociais e organizações não-governamentais que mobilizam a população do campo (e das cidades) para uma distribuição mais justa da terra e, com isso, redução da pobreza, surte efeito desejado. Ou seja, se os meios empregados para o recebimento de um pedaço de terra para camadas rurais pobres da população brasileira apresentam resultado prático que é uma divisão da terra mais equânime.

Para isso, será examinado um novo banco de dados do DATALUTA sobre os diferentes tipos de mobilização camponesa, as ocupações de terra e os assentamentos implementados no Brasil entre 1988-2011. O ano de origem parte da nova constituição de 1988, artigo 186, onde é exigido comprovação que a terra exerce sua função social, e não é improdutiva, para não ser destinada à desapropriação e redistribuída aos camponeses sem (ou com pouca) terra. Dados sobre violência agrária também serão apresentados, com o intuito de colocar à mesa quantas pessoas morrem na luta pela terra, quais as ações de mobiliação que as entidades do terceiro setor realizam para manter ativa esta luta, e quantas pessoas são assentadas. Em suma, essa luta está sendo vencida?

BREVE HISTÓRICO

Um dos objetivos do governo militar brasileiro em 1964 era o de desenvolver a agricultura e, para atingí-lo, criaram o Estatuto de Terra no mesmo ano do golpe. Este documento surgiu para reduzir conflitos por terra e impedir o comunismo de se espalhar pelo país, na época da *caça às bruxas*. Uma das formas que encontraram para realizar isso foi distribuir terra a grandes empresas, facilitando o crédito a elas e praticamente cedendo vastas quantidades de terra para cada uma que não tinha *expertise* no ramo, pois provinham de atividades na indústria automobilística, mercado financeiro, e outras áreas estranhas ao cultivo da agricultura.

Houve uma corrida até espaços onde se acreditava que haviam muitas terras sem dono. O mote na época era “Terra sem homem para homem sem terra”. No entanto, grande parte da área que parecia vazia, na verdade tinha sido doada ou financiada a baixíssimos juros às tais empresas, que não cultivavam suas terras, principalmente na região da Amazônia, norte do país. Chegavam trabalhadores rurais em busca de terra e, muitos destes ocuparam terras que já possuíam donos. Mesmo assim, a região não tinha infraestrutura para escoar os produtos agrícolas e os habitantes ficavam vulneráveis às várias doenças.

Elites locais também tomavam conta de falsificar documentos e envelhecê-los artificialmente, colocando-os em gavetas cheias de grilos, para parecer que eram papéis que indicavam propriedades herdadas há tempos, com auxílio dos cartórios e tabeliões da região que dariam legitimidade à fraude. Isso era conhecido como *grilagem de terra*.

Boa parte das disputas de terra tiveram origem² pela alta concentração da terra entre donos de grandes áreas e posseiros, ou mesmo entre donos de latifúndios e donos de pequenas propriedades, já que as grandes extensões geralmente precisavam se expandir para satisfazer o modelo do agronegócio, fenômeno relativamente moderno.

² Na verdade, a origem é histórica, de séculos atrás, onde a Coroa Portuguesa, preocupada com a produção local e o recolhimento de tributos, dava terra as pessoas durante um tempo (sesmarias) para que estas produzissem e pagassem impostos, ainda no século XV. Este tipo de produção gerou as *Plantation*, que utilizava mão-de-obra escrava nas Américas explorada pelo continente europeu. Tal fenômeno perdurou até 1822, e deu origem ao conhecido latifúndio no país (Fausto 1994).

O processo de democratização no Brasil começou em 1985, com a saída do regime militar do governo, firmando-se em 1990, com as primeiras eleições livres e universais para presidência do país. Juntamente com isso, a liberalização de atividades de organizações não governamentais (ONGs) e terceiro setor na representatividade de diferentes camadas da população. Com a retirada do cerceamento individual e grupal, principalmente setores mais pobres que não tinham representação no parlamento e na sociedade civil como um todo, passaram a ser assistidas. Tais organizações e movimentos sociais mobilizaram os camponeses para pressionar os governantes a realizar a reforma agrária, desconcentrando a terra. Havia oposição muito forte a isso, com grupos de proprietários de grandes extensões de terra que queriam conservar o *status quo* (como União Democrática Ruralista, conhecida como UDR). Tais grupos eram muito articulados e, inclusive, tinham grande força no congresso. Em 1987, o presidente da UDR admitiu que sua organização havia comprado 4.000 pistolas e que ela tinha cerca de 70.000 armamentos de fogo à disposição do grupo (Human Rights Watch 1991: 30) para a proteção contra ocupações de propriedade privada.

A questão agrária envolve violência pois, de um lado, camponeses querem tomar a força terras que supostamente pertencem a terceiros ou ao Estado e, de outro, proprietários (ou supostos proprietários) tentam proteger seu território das ocupações contratando pistoleiros ou até mesmo a polícia, enquanto que o Estado se retrai, sem uma política clara para desconcentrar terra e redistribuí-la aos mais carentes que vivem no campo, já que de cada quatro pobres no mundo, três deles habitam o campo (Borras Jr. And Franco 2012: 36). Aliviando a pobreza rural, o país se fortaleceria, e a reforma agrária seria nada menos que política social de combate à pobreza, onde ela mais se concentra, que é no campo.

A ocupação de terra e a retaliação a ela é um processo único e deve ser compreendido como comportamento com base no contexto político, e é realizado como ação coletiva (Hammond 2009: 169), dos dois lados, o que ocupa e o que defende a terra. A diferença entre estas duas forças é que o que ocupa não o faz geralmente para praticar violência contra terceiros no sentido direto de vitimizar fisicamente pessoas. Porém, a retaliação às ocupações frequentemente é realizada com o intuito de causar dano físico aos ativistas.

Há um problema jurídico, onde pode-se justificar legalmente tanto a ocupação de terra improdutiva, pela Constituição, como já mencionado, como a defesa de propriedade privada, esta última de acordo ao Código Civil brasileiro. Enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) defende os camponeses, as cortes de justiça muitas vezes dão ganho de causa aos proprietários. Nenhuma dessas instituições prevalece sobre a outra, e os conflitos por disputas de terra continuam e se acirram (Alstom *et alli*. 1999: 137). Ambos lados têm incentivo a usar violência nesse modelo atual.

A ocupação de terra é a estratégia mais utilizada por movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais objetivando maior retorno para o acesso a terra. Os trabalhadores rurais sem-terra e pequenos proprietários com pouca terra para a subsistência pressionam o governo federal por meio de ONGs da área para solucionar conflitos de terra e implementar projetos de colonização ou assentamentos rurais (Feliciano 2003: 73).

Quando o grupo de camponeses, filiados a algum movimento social rural ou sindicato de categoria de classe ocupa (ou ameaça ocupar) uma área que supostamente é improdutiva e pertence a outro proprietário, há urgência que o Estado interfira para que a violência não saia do controle. Nesse caso, a área é avaliada para certificar que é improdutiva (o que geralmente a liderança camponesa já fez com antecedência para mapear os possíveis *alvos*) e começar a desapropriação (geralmente mediante compensação/indenização) que pode levar meses ou até anos, conforme o andamento processual. Durante este período, o território é chamado de ocupação. Após a aprovação e término do processo, a área passa a ser um assentamento, com todos os benefícios próprios que isso acarreta, como infraestrutura, e condições de vida na região. Os novos proprietários assentados recebem posteriormente seus títulos e passam formalmente a ser donos de seus lotes, podendo inclusive vendê-los, se assim for sua vontade. Isso pode gerar conflitos internos nos movimentos sociais, uma vez que a luta pela terra não objetiva ganhos financeiros, mas sobrevivência e vida digna aos camponeses.

ESTUDO EMPÍRICO

Por toda a problemática envolvida na aquisição de terra por meio de redistribuição e reforma agrária, os candidatos a receber um lote de terra para sua subsistência passam um período onde são intensamente mobilizados pela estrutura organizacional com o objetivo de pressionar de formas variadas os diferentes níveis de governo, externando a precária situação e a violência a que são submetidos.

O processo de democratização trouxe veio acompanhado de uma vasta quantidade de organizações e movimentos da sociedade civil que mobilizam os trabalhadores sem-terra em ocupações de terra improdutiva por todo o Brasil. Só para se ter uma ideia, encontramos 98 diferentes agremiações ativas entre 2000-2011 que mobilizam pessoas para, dentre as ações, ocupar terra, de acordo aos dados do DATATERRA (NERA/UNESP)³: ABUST, ACLQ, ACRQ, ACRQBC, ACUTRMU, ADT, AMIGREAL, AMPA, ARST, ASA, ASPARMAB, AST, ASTST, ASTT, ATR, ATUVA, CAA, CAR , CCL, CETA , CLST, CONAQ, CONLUTAS, CONTAG, COOTERRA, CPT, CTV, CUT, FERAESP, FETAES, FETAFE, FETAGRI, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FST, FUVI, GRUPO XAMBRE, ÍNDIOS, LCP, LIVRE, LOC, MAB, MAST, MATR, MBUQT, MCC, MCNT, MCP, MCST, MLST, MLSTL, MLT, MLUPT, MMA, MMC, MNF, MPA, MPRA, MPST, MRC, MSO, MSONT, MSST, MST, MST DA BASE, MSTA, MSTR, MTA, MTAA, MTB, MTD, MTL, MTR, MTRST, MTRUB, MTS, MTST, MTV, MUB, MUST, MUT, OAC, OI, OITRA, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, SINPRA, ST, STR, TL, TUPÃ 3e, UAPE, UNASFP, UNITERRA, USST, UST, VIA CAMPESINA.

Tabela 1: Manifestações variadas para obtenção de visibilidade na luta pela terra, 2000-2011.

	MST	CONTAG	CPT	FETRAF	ÍNDIOS	MLST	Total
Número de ocupações (%)	2673 (52,5)	530 (10,4)	165 (3,2)	137 (2,7)	152 (3,0)	127 (2,5)	3784 (74,3)
Número de famílias (%)	438819 (64,0)	56015 (8,2)	13763 (2,0)	17617 (2,6)	11995 (1,7)	15583 (2,3)	553792 (80,8)

Fonte: Baseado em dados do DATATERRA - NERA/UNESP.

³ De fato, foi encontrado um número superior do exibido. Porém, após filtrar possíveis erros de digitação chegamos a quantidade aproximada de uma centena de movimentos representativos da categoria estudada.

A grande maioria destes movimentos são regionais e não atuam nacionalmente. Porém, há umas poucas organizações que exercem a atividade por todo o país e, por vezes, até fora do mesmo, auxiliando camponeses sem-terra de outros países a lutar por um lote de terra⁴. frequentemente fazem parceiras entre si para maximizar os esforços de ocupação de terra. De todas as ocupações ocorridas entre os anos 2000 a 2011 no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, conhecido como MST, esteve presente em nada menos do que 52,5 por cento, e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, conhecido por CONTAG, participou em pelo menos 10,4 destas ocupações. Portanto, se verificarmos apenas estes dois movimentos, temos 62,9 por cento de todas as ocupações de terra no país que foram organizadas prioritariamente por estas duas organizações⁵. Portanto, apesar da riqueza e proliferação de entidades representativas que mobilizam os camponeses e simpatizantes com ações variadas para a desconcentração e distribuição de terra no país, a maioria das ocupações e também a maioria dos trabalhadores rurais sem-terra estão sob a liderança de poucos grupos. De um total de 682.629 famílias participantes de ocupações de terra entre 2000-2011, o MST mobilizou 64,0 por cento delas, seguido pela CONTAG, com 8,2 por cento. Na tabela 1 podemos ver 6 diferentes agremiações e a quantidade de ocupações e famílias envolvidas no período investigado, com os respectivos percentuais.

Porém, apesar da enorme visibilidade que as ocupações de terra representam, há muito mais atividades que os movimentos realizam e que também resultam em elevada repercussão ao problema de falta de terra a boa parcela dos camponeses. Dentre as estratégias participativas para receber o lote de terra constam: acampamentos em localidades relevantes, ação solidária, arrecadação de assinaturas para a causa, audiência com autoridades e afins, bloqueio de rodovias, cadastramento de interessados, caminhada, celebração religiosa, cerco a construções, concentração em espaço público, encontros, greves (inclusive de fome e sede), interdições de acesso, manifesto, marcha, mutirão, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio privado e público, panfletagem, retenção de veículo, romaria, saque, demonstrações temáticas, vigília, e ações semelhantes.

Quanto mais participantes estiverem envolvidos, maior a repercussão e a cobertura da mídia, e por consequente, maior o espaço para ganhar apoio da opinião pública e conseguir a

⁴ Neste caso específico, o MST treina lideranças de países vizinhos, além do movimento La Via Campesina, que apesar de atuar no Brasil, surgiu em 1994 e é basicamente transnacional, sendo uma entidade que abriga cerca de 150 diferentes movimentos camponeses de aproximadamente 70 países espalhados pelo globo, representando 200 milhões de pequenos agricultores (La Via Campesina 2014).

⁵ Esse patamar pode crescer ainda mais se contabilizássemos as parcerias entre movimentos, o que é característico em muitos rincões do país.

distribuição da terra. Portanto, não apenas beneficiários em potencial, mas apoiadores urbanos podem (e devem) se juntar às massas nestes eventos que muitas vezes ocorrem em grandes centros urbanos, para formar a opinião pública e tentar mobilizar simpatizantes, além dos diretamente envolvidos na luta pela terra. Professores universitários, estudantes, sindicatos de trabalhadores, e afins são alguns dos alvos potenciais para angariar apoio e servir de balança para formar a opinião pública e pressionar os tomadores de decisão em temas relacionados à reforma agrária e distribuição de terra.

Nos doze anos (2000-2011) de dados coletados com informações a respeito da participação de ações de mobilização como estratégia para pressionar os tomadores de decisão, mais de cinco milhões de pessoas fizeram parte deste esforço, sem contar muitos que não foram registrados/contabilizados, podendo chegar a um número mais elevado, de acordo à tabela 2.

As ações mais populares, que contaram com massas de participantes e grande mobilização pelos movimentos sociais foram: romaria, concentração em espaço público, temática, bloqueio de rodovias, marcha, acampamentos, caminhada.

Tabela 2: Manifestações variadas para obtenção de visibilidade na luta pela terra, 2000-2011.

Ações	Eventos	Pessoas	Ações	Eventos	Pessoas
Abrço	2	3.600	Manifesto	29	12.240
Acampamento	468	265.960	Marcha	334	498.487
Ação solidária	2	37	Mutirão	1	150
Arrecad. assinaturas	2	n/d	Ocup. agência bancária	224	48.626
Audiência	41	3.894	Ocupação prédio privado	99	48.414
Barqueata	7	950	Ocupação prédio público	1.472	558.745
Bloqueio de rodovia	1.517	584.985	Ocupação de prédio público/privado	131	24.798
Cadastramento	1	n/d	Panfletagem	4	4.500
Caminhada	233	194.023	Pedágio	2	200
Celebração religiosa	47	17.935	Retenção de veículo	4	700
Cerco a construções	35	15.400	Romaria	166	1.112.868
Concentração em espaço público	1.975	932.237	Saque	33	7.727
Encontro	8	2.060	Sem informação	70	31.213
Greve	1	n/d	Temática	570	604.853
Greve de fome	9	74	Tentativa de ocupação	7	5.400
Greve de sede	1	2	Tentativa de saque	4	170
Interdições	15	15.804	Tratoração ⁶	1	800
Jejum	21	1.053	Vigília	74	21.859
Total				7.610	5.018.777

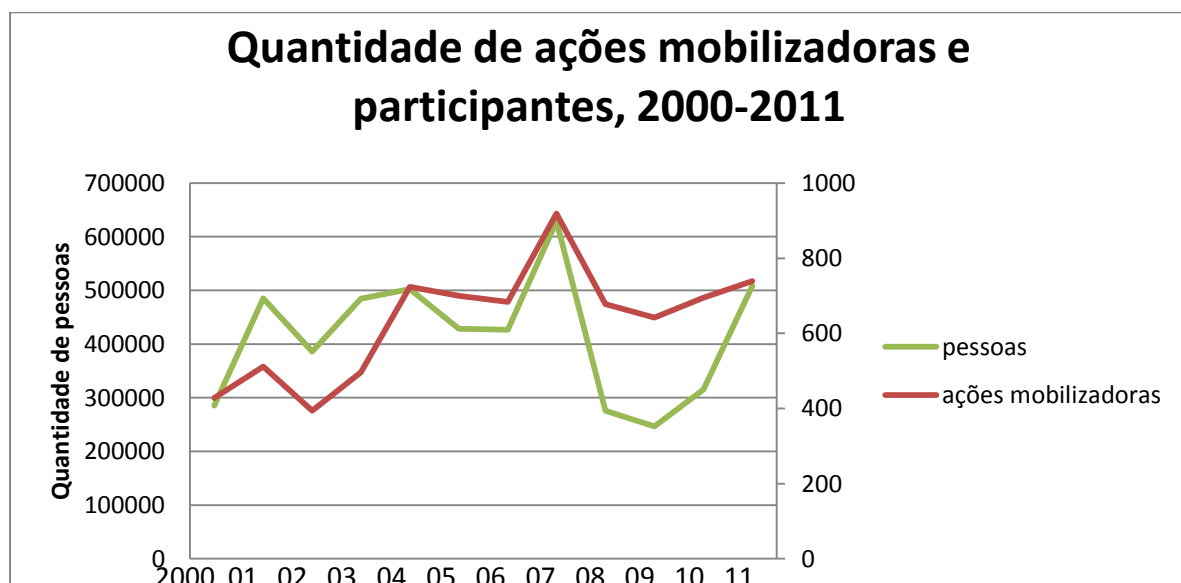
Fonte: Baseado em dados do DATATERRA - NERA/UNESP.

⁶ Bloqueios de estradas com tratores nos grandes centros do país.

Para se ter uma ideia, de todos os 7.610 eventos registrados nestes doze anos de dados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) marcou presença em 3.305 (ou 43%). Essa organização tem um poder excepcional de mobilizar trabalhadores rurais e simpatizantes à causa, a nível nacional, e até internacional, oferecendo treinamento para camponeses latino-americanos e troca de experiência entre organizações diersas nesta temática, como com o MST boliviano e *La Via Campesina*. Outros atores importantes nessa luta por uma divisão mais igualitária da terra no Brasil e que mobiliza camponeses, além de prestar assistência jurídica e social, são a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com 935 participações em ações, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com 446 mobilizações, o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), com 291 ações, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), com 210 ações, e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com 109 mobilizações. Importante ressaltar que várias dessas ações foram organizadas conjuntamente por mais de uma entidade.

Para visualizarmos os dados de maneira mais compacta e sobreposta entre ações e participantes em cada ano, absorvendo as oscilações desse movimento, a figura a seguir nos oferece um indicativo da tendência.

Figura 1: Quantidade de manifestações e de participantes, 2000-2011.



Fonte: Baseado em dados do DATATERRA – NERA/UNESP.

As movimentações tanto na linha das ações/manifestações como da quantidade de participantes segue um ciclo. Em anos de eleição para presidente (2002, 2006, 2010), onde o(a) candidato(a) do Partido dos Trabalhadores (PT) concorria e tinha chances reais de vitória (ganhando nos três mandatos, sendo dois primeiros com Lula e o terceiro com Dilma Rousseff), havia uma redução significativa de ações, provavelmente para beneficiar os candidatos do PT, e não influir negativamente no apoio a esse partido, o qual tem maior proximidade com a distribuição de terra, mesmo que em números reais não tivessem se distanciado tanto dos números de assentamentos criados nos dois mandatos do presidente Cardoso, logo antes dos mandatos de Lula no governo federal.

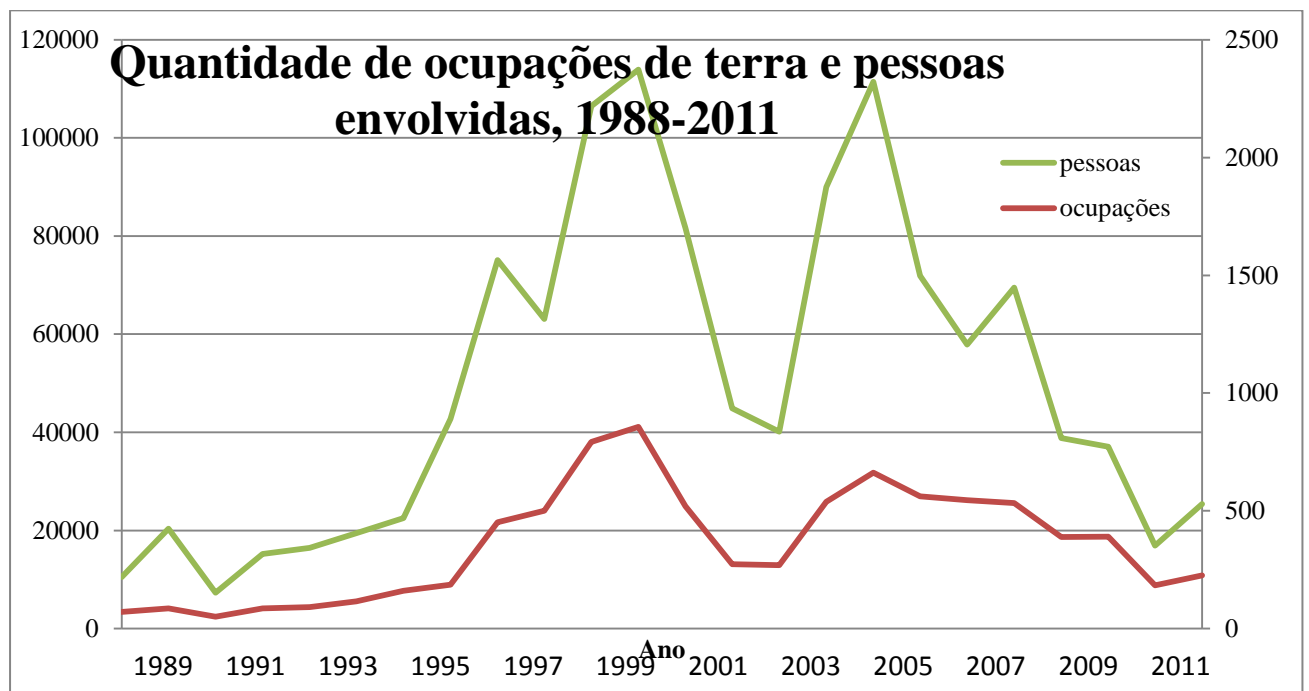
Paralelamente às ações mobilizadoras perante a sociedade e os tomadores de decisão, as ocupações de terra devem ser estrategicamente pensadas para suscitar intervenção do Estado e rapidez no processo. Dessa forma, podemos apreciar na figura seguinte a dispersão das ocupações de terra organizadas por movimentos sociais, religiosos e sindicais.

O período disponível dos dados é maior e tem seu início no ano da promulgação da nova constituição brasileira de 1988, quando a função social da terra tornou-se parte intrínseca da mobilização em torno a questão da reforma agrária, incentivando grupos de trabalhadores rurais sem-terra a ocupar terras, primordialmente privadas, contanto que sejam improdutivas.

As duas linhas, de ocupações e de pessoas envolvidas, acompanham as mesmas oscilações. Igualmente, em ano de eleições com candidato presidencial petista com chances de vitória (2002, 2006, 2010) as ocupações e quantidade de pessoas envolvidas nelas foi reduzida, e o oposto ocorreu anteriormente (em 1994 e 1998 com as candidaturas de Cardoso e posterior vitória nas urnas). Isso nos mostra que há coerência política em movimentos que participam da luta pela reforma agrária, mesmo que em números absolutos, como dito anteriormente, a diferença de assentamentos realizados não diferiu drasticamente. Ou seja, em 8 anos dos governos Cardoso, 584.655 famílias foram assentadas, em comparação com 614.093 famílias assentadas nos dois governos Lula (Zimmerman 2012: 46). Apesar disso, a área disponibilizada para estes assentamentos foi bem superior em governos petistas, mostrando certa proximidade com a reforma agrária. No entanto, para a governabilidade, com alianças nem

sempre ideologicamente coerentes, dificulta-se a implementação dessa política de redistribuição de terra aos camponeses mais pobres. Existe a chamada Bancada Ruralista, que defende privilégios para os grandes proprietários em detrimento da reforma agrária, e estes parlamentares pertencem a inúmeros partidos, inclusive muitos da base governista, tanto nos governos de Cardoso como de Lula e Dilma Rousseff, indicando ambiguidades em votações nas duas casas do congresso brasileiro em temas relacionados à distribuição de terra e atividade agrícola. Só para se ter uma ideia, nas eleições de 1994 e 1998, havia cerca de 150 parlamentares que formavam a Bancada Ruralista e sua gama ideológica passada da direita à centro-esquerda, tornando a distribuição de terra no país inviável politicamente (Hammond 2009: 164). Esse pode ser considerado um grande obstáculo para a melhor distribuição de terra no país, sendo necessário uma reforma política que não sai do papel e é muito difícil de implementar na prática.

Figura 2: Quantidade de ocupações de terra e pessoas envolvidas, 1988-2011.



Fonte: Baseado em dados do DATATERRA – NERA/UNESP.

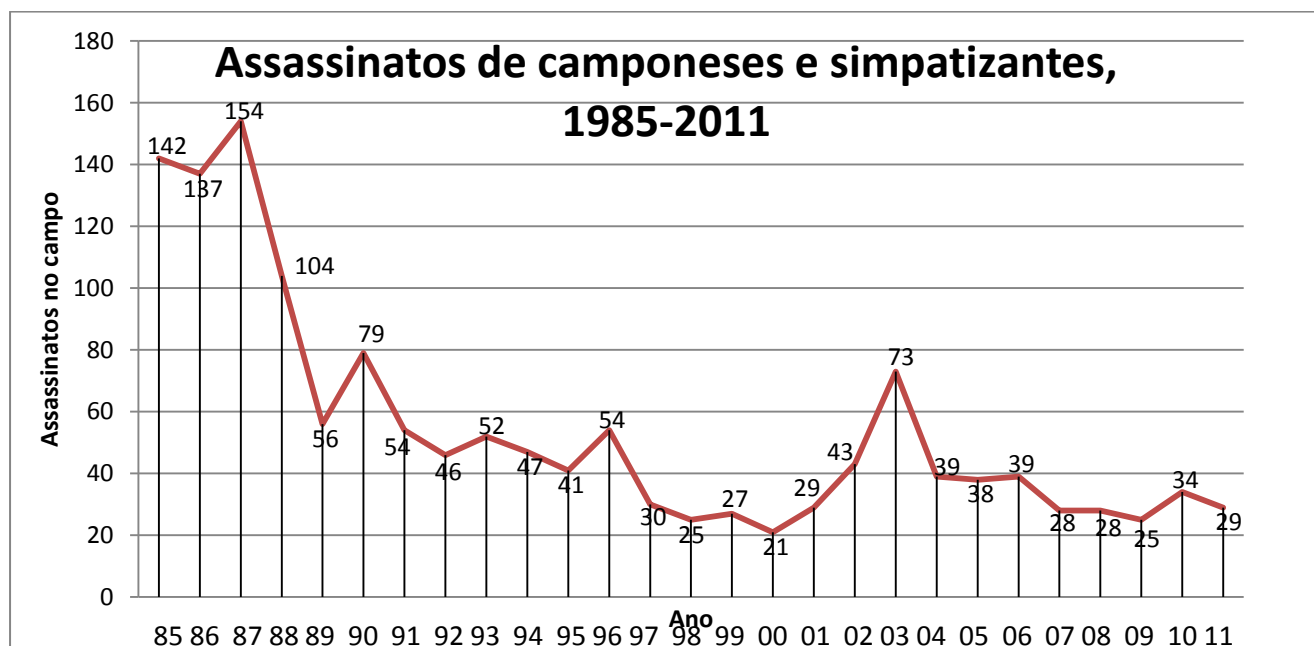
Tanto as ações mobilizadoras como as ocupações de terra, ambas organizadas por entidades da sociedade civil envolve ônus de cada participante para que estes recebam seus pedaços de terra, que nada mais são do que incentivos seletivos (Olson 1965: 51) para que participem desta empreitada arriscada.

Havendo riscos envolvidos numa ação coletiva desse gênero, a figura adiante traz números de camponeses e simpatizantes assassinados por questões de disputas de terra, inclusive como efeito da participação das atividades mobilizadoras organizadas pelos movimentos sociais e afins, confirmando que a participação na luta pela terra pode matar, como de fato é verificado nos dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à igreja católica que auxilia os camponeses ao acesso à terra e na luta pela ampliação dos direitos do campesinato.

Um fato interessante que estes dados sobre mortes indicam, é que após 1988 houve uma redução significativa de assassinatos desde a disponibilização dos dados, com a entrada em vigor do regime democrático no Brasil. Esse ano coincide com a promulgação da nova constituição de 1988 que transforma a questão agrária, facilitando a desapropriação em caso da terra ser improdutiva e não compartilhar da função social descrita no documento. Nestes três primeiros anos do regime democrático (1985-1988), a quantidade de assassinatos por disputas de terra era imensa.

A nova constituição pode ter certa responsabilidade nessa mudança comportamental dos dados, auxiliada por fatores adicionais, como o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais. Ou seja, desse ano em diante, haviam leis que beneficiavam a distribuição de terra aos grupos rurais menos favorecidos da sociedade, mediante indenização aos proprietários caso não houvesse um mínimo de produção. E, além disso, organizações não-governamentais que tinham o amparo legal do Estado, defendiam o interesse dos camponeses, disponibilizando advogados, técnicos agrícolas, e outros auxílios disponíveis. Portanto, os camponeses pobres não estavam mais *sozinhos* frente aos grandes proprietários, e cada vez mais conheciam as leis e as estratégias de ação para conseguir seu pedaço de terra de forma legal, mesmo que a impressão causada fosse de desobediência civil em atos de ocupação de terra pertencentes à outros.

Figura 3: Pessoas assassinadas em disputas de terra, 1985-2011.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (1985-2011).

Apesar da redução pontual, os assassinatos por disputas de terra continuam a ocorrer e estabilizaram-se no mesmo patamar desde a promulgação da constituição de 1988 até os dias de hoje. A violência segue e camponeses estão sendo mortos e sofrendo inúmeras violações dos direitos humanos em decorrência da luta pela distribuição de terra.

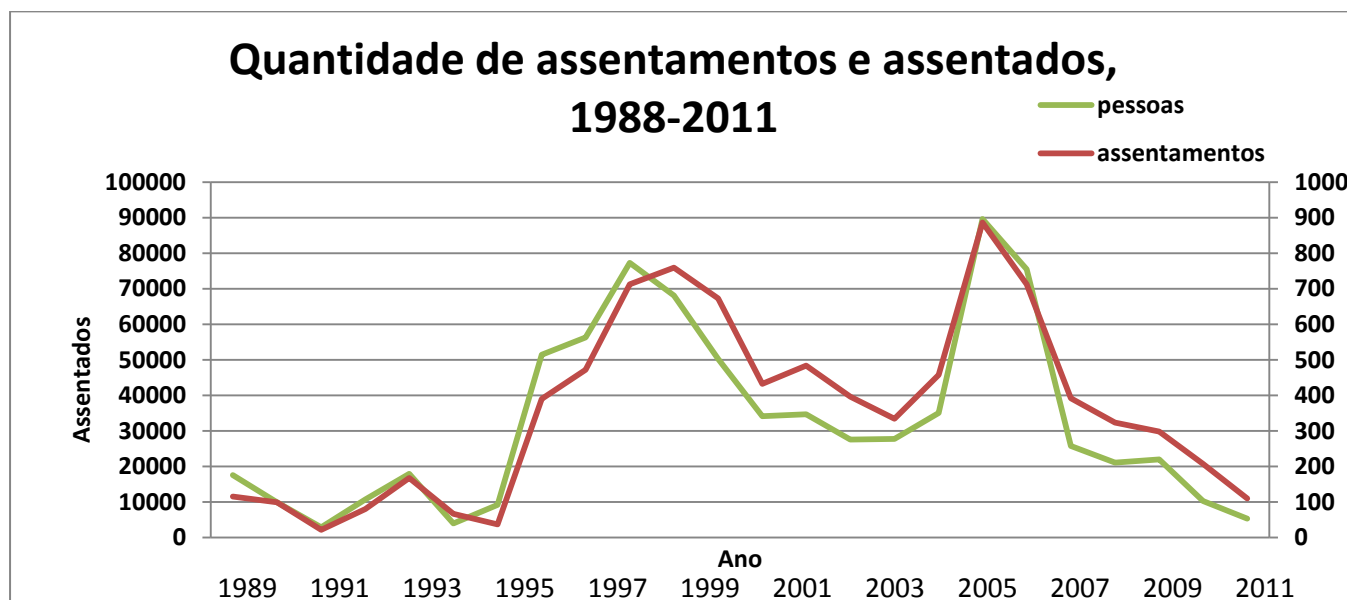
Já vimos que inúmeras ações de mobilização dos pobres do campo são realizadas por organizações que buscam a reforma agrária e, dentre as estratégias de maior impacto e que condiz em parte⁷ com a lei, estão as ocupações de terras improdutivas.

Diante de demonstrações extremas e arriscando vidas humanas em luta pelo acesso à terra para subsistência dos camponeses, como estes *inputs* são traduzidos em *outputs*? Ou seja, as ocupações de terra e demais ações mobilizadoras resultam de fato em um número maior de assentamentos? É o que podemos visualizar na figura 4, com a quantidade de assentamentos implementados desde a promulgação da nova constituição de 1988 até os dias de hoje.

⁷ O termo *em parte* foi incluído, pois a ocupação não deveria ser realizada antes da decisão processual. Porém, é através das ocupações que a pressão frente ao Estado ganha força e pede rapidez nas decisões para evitar maiores prejuízos e mais mortes.

As linhas de assentamentos e assentados seguem os mesmos traços em relação à direção, e também aos anos eleitorais, como as figuras anteriores, partindo da nova constituição brasileira.

Figura 4: Quantidade de assentamentos e assentados, 1988-2011.



Fonte: Baseado em dados do DATATERRA – NERA/UNESP.

Colocando as figuras 1, 2 e 4, uma ao lado da outra e analisando-as comparativamente como se fossem uma combinação temporal, ou seja, como se encaixassem nas metas pré-determinadas, culminando no objetivo final da reforma agrária e da melhor e menos desigual distribuição de terra, todas elas vão de encontro aos propósitos de *justiça social* dos movimentos camponeses.

Ou seja, em anos eleitorais em que a esquerda tem chances reais de (re)eleição à presidência, as ações mobilizadoras diminuem bastante, juntamente com as ocupações de terra e com o resultado de assentamento. Nas outras ocasiões a quantidade de cada categoria aumenta, inclusive em relação as figuras sobre ocupação de terra e assentamentos em anos eleitorais onde as chances de partidos de centro são maiores para ocupar a presidência da república.

De maneira geral, há uma coerência nas movimentações e na estratégia dos movimentos para otimizar a distribuição de terra no Brasil democrático e os resultados condizem com as ações mobilizadoras.

E o preço deste avanço da distribuição de terra? Não chamamos de reforma agrária, pois ela é forçada por ações de ocupação de terra, dentre outras, pressionando as autoridades. Não é uma reforma agrária planejada e executada, sem a necessidade de pressão da opinião pública e de evitar maior derramamento de sangue do que tem sido até o momento.

Tabela 3: Resultados da distribuição de terra frente à violência agrária na democracia.

Distribuição de terra e violência	Governos democráticos recentes					
	Sarney 1985- 1990	Collor/Franco 1991-1994	Cardoso1 1995-1998	Cardoso2 1999-2002	Lula1 2003-2006	Lula2 2007-2010
Assentamentos criados	537	348	2329	1981	2386	1216
Famílias por assentamento	115	81	100	72	76	65
Hectares por família assentada	72	93	53	63	180	214
Média de hectares por assentamento	8278	7515	5319	4540	13683	13941
Assassinatos por disputas de terra	672	199	150	120	189	115
Média de assassinatos por disputas de terra	112	49,75	37,5	30	47,25	28,75
Razão entre assentamentos criados e pessoas assassinadas	4,8	7,0	62,1	66,0	50,5	42,3

Fonte: Baseado em dados do DATATERRA – NERA/UNESP e Comissão Pastoral da Terra.

Analisando a tabela acima, e separando por governos democráticos, observamos que houve um salto quantitativo nos dois termos do governo Cardoso e do governo Lula em relação aos governos anteriores frente ao tema de distribuição de terra no Brasil. Os dois governos Cardoso criaram 4.310 assentamentos e os governos Lula 3.602 em oito anos de duração. Porém, a qualidade dos assentamentos melhorou nos governos Lula, com número menor de

famílias em cada um dos assentamentos, e com área muito superior por família, o que permite a subsistência e inclusive o comércio do que se produz nos estabelecimentos⁸.

A violência por disputa de terra, na categoria de assassinatos, diminui vertiginosamente se atrelarmos à distribuição de terra, já que quando há real distribuição às famílias carentes, permitindo que estas produzam e saiam da linha de pobreza, reduzindo a pressão pela sobrevivência, as disputas de terra deixam de fazer sentido.

Enquanto que no governo Sarney uma pessoa é assassinada a cada 5 assentamentos criados, no governo Collor/Franco uma pessoa é assassinada a cada 7 novos assentamentos. Nos governos Cardoso, a cada 64 assentamentos criados, uma pessoa morre em razão de disputa de terra, e nos governos Lula esse número passa para 46 novos assentamentos por assassinato por disputa de terra. Esse é o preço da vida humana para a implementação de política pública necessária à sobrevivência do campesinato, especialmente dos mais pobres. Conforme criam-se mais unidades da agricultura familiar, diminuem os atritos entre setores agrários para aquisição de terra, pois permite que mais pessoas consigam se sustentar do que cultivam em suas terras.

Devemos considerar a ineficácia do Estado, independente de qual governo esteja no poder em termos de política agrária. De acordo aos dados do NERA, um elemento que salta aos olhos é a disparidade entre a capacidade de famílias que cada assentamento teria de absorver assentados e o número real de famílias que neles vivem. Ou seja, nos 12 anos de estudo (2000-2011), a capacidade de famílias que poderiam ter sido absorvidas era de 496.368, e as de fato assentadas foi de 366.621, ou 26 por cento de subaproveitamento, índice nada desprezível, que poderia inclusive melhorar o performance do Estado frente a demanda por reforma agrária da sociedade civil.

⁸ Claro que o tamanho da área necessário à subsistência depende de vários fatores, como o que se planta, a qualidade do solo, irrigação, utilização de fertilizantes e pesticidas, clima, dentre outros elementos.

O que podemos intuir, de acordo aos dados apresentados, é que a violência existente no Brasil agrário deriva de falta de planejamento dos governos em seus diferentes níveis para uma distribuição mais equânime, corrigindo erros do passado longínquo, e tentando tirar o país desse ciclo vicioso que entrou há séculos. O Brasil rural, diferentemente do urbano, é atrasado e o clientelismo impera, sendo que as leis não se fazem respeitar (Hammond 2009), conduzindo à luta do mais forte frente aos despossuídos, pois a extrema desigualdade entre as pessoas cria abismos sociais intransponíveis e que exige intervenção estatal para ser reparada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia trouxe a liberdade de filiação a um movimento e de se fazer representar nas instituições do Estado. Ela também resgatou a cidadania dos mais pobres e a luta por um país menos desigual, onde todos possam ter o mínimo para sobreviver.

O Brasil ainda está longe de possibilitar a todos uma vida decente e amparada para momentos de dificuldade econômica e social. No entanto, houve avanços significativos para os mais pobres que vivem no campo nas últimas duas décadas, como os dados apresentados podem sugerir. Devido às proporções do país, muito ainda há por fazer, e o caminho é pela redução da desigualdade, tendo em vista que ele foi a sétima economia mundial em 2012 (UN 2013), mas está somente na 81ª posição em relação à renda *per capita* (IMF 2013). Isso quer dizer que o país é rico, mas a grande maioria das pessoas são pobres.

A concentração da terra nas mãos de poucos donos, anteriormente latifundiários, e atualmente atuantes no agronegócio e complexos transnacionais, além do mercado financeiro, exige providências. É compreensível que fortes grupos de interesse têm feito pressão considerável para o país aumentar a quantidade de terra destinada ao agronegócio. Porém, a democracia deve-se fazer presente, possibilitando elevar o padrão de vida dos pobres e miseráveis dentro dos rincões rurais, proporcionando um sustento oriundo do trabalho de cada um, mas por meio do acesso à terra. O melhor programa social para camponeses é um lote para seu sustento, por meio do trabalho. Certamente que o Bolsa Família auxilia aos mais pobres, mas

seu papel é provisório, para aliviar momentaneamente a pobreza. O acesso a terra é a saída permanente da pobreza desde que amparada por outras ferramentas da política pública, como financiamento, instrução agrícola, além dos serviços de educação, saúde, e segurança que todos necessitam.

As estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para que mais terra seja distribuída aos camponeses de baixa renda surtiram efeito e a evidência está no aumento do número de assentamentos rurais criados pelo Estado nas últimas duas décadas. Ainda há muito por fazer, já que se trata de reparação da desigualdade extrema, mas os primeiros passos foram dados e estão se aprimorando. A violência de proprietários de vastas extensões de terra e do Estado reagindo às ações pacíficas de movimentos sociais acaba por perpetuar a vitimização dos camponeses. Nesse sentido, políticas públicas devem ser criadas para diminuir a violência, dando acesso à terra aos que mais precisam e fazendo justiça social, tudo com respeito às leis. A reforma agrária não deve ser uma política de governo, mas de Estado, para que tenha continuidade e evite mais derramamento de sangue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahmadov, Anar K (2013). "Oil, democracy, and context: A meta-analysis". **Comparative Political Studies**, 20(10), pp.1-30;

Alstom, L.J.; Libecap, G.D.; Mueller, B. (1999). "A model of rural conflict: Violence and land reform policy in Brazil". Cambridge University Press: **Environment and development economics**, 4, pp.135-160;

Alston, L. J., Libecap, G. D., Mueller B. (1999). "A model of rural conflict: Violence and land reform policy in Brazil." Cambridge University Press: **Environment and Development Economics**, 4: 135-160,

Basedau, Matthias; Lay, Jann (2009). "Resource curse or rentier peace? The ambiguous effect of oil wealth and oil dependence on violent conflict". **Journal of Peace Research**, 46(6), pp.757-776;

Borras Jr., Saturnino M; Franco, Jennifer C. (2012). "Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis". **Journal of Agrarian Change**, 12(1), pp.34-59;

Collier, Paul; Hoeffler, Anke (2005). "Resource rents, governance, and conflict". **Journal of Conflict Resolution**, 49(4), pp.625-633;

Clapp, Jennifer (2012). **Food**. Cambridge, UK: Polity Press;

Comissão Pastoral da Terra (1985-2011). **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, relatório anual;

European Commission (2013). "Agricultural trade in 2012: A good story to tell in a difficult year?". **Monitoring Agri-trade Policy**. DG Agriculture & Rural Development: Agricultural Trade Policy Analysis Unit, pp.1-25. Available on 02/27/2014 at http://ec.europa.eu/agriculture/trade-analysis/map/2013-1_en.pdf;

Fausto, Boris (1994). **História do Brasil**. Universidade de São Paulo: Edusp;

Feliciano, C.A. (2003). O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. Universidade de São Paulo: FFLCH. **Dissertação de mestrado**, maio;

Hammond, John L. (2009). "Land occupations, violence, and the politics of agrarian reform in Brazil". **Latin American Perspectives**, 36(4), pp.156-177;

Hegre, Havard; Ellinsen, Tanja; Gates, Scott; Gleditsch, Nils Petter (2001). "Towards a democratic civil peace? Democracy, political change, and civil war, 1816-1992". **American Political Science review**95(1), pp.33-48;

Human Rights Watch (1991). **Violência Rural no Brasil**. Americas Watch Report, February;

International Monetary Fund (2013). **World Economic Outlook Database**, October, available at <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/02/weodata/index.aspx>;

La Via Campesina (2014). **International Peasant's Movement**. Available at <http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>;

Maystadt, Jean-François; De Luca, Giacomo; Sekeris, Petros G.; Ulimwengu, John (2013). "Mineral resources and conflicts in DRC: A case of ecological fallacy?". **Oxford Economic Papers**, pp.1-29;

Olson, Mancur (1965). **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press;

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). **DATALUTA**: Banco de dados da luta pela terra. Presidente Prudente: NERA/Unesp;

Paarlberg, R. (2010). **Food politics: What everyone needs to know**. New York: Oxford University Press;

Paivi, Lujala (2010). "The spoils of nature: Armed civil conflict and rebel access to natural resources". **Journal of Peace Research**, 47(1), pp.15-28;

Ross, Michael L. (2004). "What do we know about natural resources and civil war?". **Journal of Peace Research**, 41(3), pp.337-356;

Rustad, Aas Siri; Binningsbo, Helga Malmin (2012). "A price worth fighting for? Natural resource and conflict recurrence". **Journal of Peace Resource**, 49(4), pp.531-546;

United Nations (2013). **National Accounts Main Aggregates Database**, available at <http://unstats.un.org/unsd/snaama/dnltransfer.asp?fID=2>;

Vreeland, Raymond James (2008). "The effect of political regime on civil war: Unpacking anocracy". **Journal of Conflict Resolution**, 52(3), pp.401-425;

Wolford, Wendy (2010). **This Land is Our Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil**. Duke University Press, pp.281;

Zimerman, Artur (2012). "Land kills: The Brazilian experience". **Population Review**, 51(2), pp.41-58.